

Análise dos recursos públicos com Agricultura nos municípios lindeiros do Oeste do Paraná

Fabíola Graciele Besen¹, Juarez Bortolanza², Nardel Luiz Soares da Silva², Tércio Vieira de Araújo¹, Valdir Serafim Junior¹

¹Docentes na Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu

²Docentes na Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon

fabiolagracielebesen@gmail.com, juarezbortolanza@gmail.com, nardel.silva@unioeste.com, professortercio@hotmail.com, jr_valdir@hotmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta um ranking nos municípios lindeiros com relação ao percentual do orçamento municipal que cada um destes municípios aplica na Agricultura. Este ranking está embasado nos valores dos orçamentos municipais destinados para a secretaria de agricultura, em relação ao percentual da população que reside na área rural e a área cultivada em hectares, nos anos de 2010 a 2012. A economia da região Oeste do Paraná está fortemente calcada na produção agropecuária e é a produção rural que atende a mais primária das necessidades humanas: a alimentação. As políticas públicas correspondem à efetivação das ações do Estado para atender às demandas da sociedade. As demandas são atendidas pelo Estado por meio de diretrizes, programas, projetos e atividades em prol do bem estar da população. Neste sentido, a presente pesquisa busca apontar a atenção dada por cada município para a agricultura, por meio dos valores alocados, dada a importância da mesma, do percentual da população rural e da área cultivada durante o período de 2010 a 2012.

Palavras-chave: orçamento, população rural, produção agrícola.

Analysis of public spending on agriculture in the surrounding cities of Paraná West

Abstract: This paper, in its main purpose, includes the construction of a ranking in surrounding cities related to implementation of spending on agriculture by the data on the budget of the agriculture department, the rural population and cultivated area in hectares in the years from 2010 to 2012. The economy of western Paraná is still grounded in agricultural production and rural production serves more primary human needs: food, for being one of the basic needs of man. Public policies are the materialization of the State to meet the demands of society. It is through policies, programs, projects and activities that the state seeks to meet these demands. Thus, this research will seek to point out the increased availability of resources invested in the Department of Agriculture of each lindeiro municipality regarding the rural population and the area cultivated during the period 2010-2012.

Keywords: budget, rural population, agricultural production.

Introdução

A produção da área rural, agricultura e pecuária, se constituem como um dos setores mais importantes para o país, pois atende a mais primária das necessidades humanas: a alimentação que é uma das necessidades fisiológicas da base da renomada hierarquia de necessidades apresentada por Maslow. Cabe destaque a agricultura, por contemplar grande parte da fonte de renda e atividade produtiva dos municípios lindeiros. A produção de alimentos destina-se para o próprio consumo ou para a segurança alimentar da população em geral, com base na valorização do trabalho familiar e contribuição para o desenvolvimento sustentável do campo como descreve Pereira (2007), além de proporcionar renda aos produtores rurais, obtenção e recursos para a balança comercial do país e uma expressiva fonte de geração de empregos.

Segundo o PNAD 2015 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a população brasileira em 2013 foi de 201 milhões de pessoas sendo 170 milhões na área urbana e 30 milhões de pessoas na área rural. Isso reflete que o Brasil tem uma considerável população rural que precisa da atenção dos governantes, em manter essa população na área rural, com ações e incentivos do Governo Federal, Estadual e Municipal com oferta de infraestrutura e meios de obtenção de renda e fixação do homem no campo pelo seu labor.

A população mundial que em 8.000 A.C era de 5 milhões de habitantes (calculado pelos meios estatísticos da época), em 2013 alcançou a marca de 7 bilhões de pessoas. Até 2050, as estimativas apontam para um total de 9,6 bilhões de pessoas no mundo. (PNUMA, 2015). Entre a década de 1950 até meados dos anos 1980, a população urbana do mundo triplicou. Mas esse crescimento não ocorreu de maneira uniforme: enquanto nos países desenvolvidos a população urbana duplicou, nos países em desenvolvimento a mesma quadruplicou. Migração das áreas rurais para centros urbanos maiores, em vários casos, criaram o fenômeno das megalópoles, ou áreas metropolitanas, com uma população que excede 10 milhões. (MARICATO, 2001)

No Brasil, em apenas 200 anos a população teve um salto de 9 milhões para 201 milhões de habitantes e a população no Paraná que representava 1,27% da população brasileira no ano de 1872, em 2013 passou a representar 5,47% da população total no Brasil. (IBGE, 2015)

O forte crescimento populacional ocorrido a partir da década de 70, também proporcionou uma nova paisagem demográfica, pois na década de 60 e inclusive 70 o predomínio da população era rural com 55% da população, a partir da década de 80 a população urbana passou a ser maior. Em 2013, a população rural representa apenas 15% do total (IBGE, 2015).

Essa migração das pessoas do meio rural para o meio urbano iniciou-se com o processo de modernização da agricultura no Brasil. No Paraná, o êxodo rural também ocorreu em grande escala. Em 1960, a população rural representava 69% da população total do Estado do Paraná e atualmente representa 13% do total (IBGE, 2015).

Na região Oeste do Paraná, a população rural ainda é expressiva em alguns dos municípios, conforme consta na Tabela 1, que apresenta a população total, urbana e rural dos municípios lindeiros relacionados neste trabalho.

Tabela 1 - População Urbana x População Rural municípios lindeiros

Municípios	População Urbana (%)	População Rural (%)	Total (%)
Santa Helena	53,76	46,24	100
Itaipulândia	52,53	47,47	100
Missal	51,75	48,25	100
Marechal Cândido Rondon	83,61	16,39	100
São Miguel do Iguaçu	63,97	36,03	100
Entre Rios do Oeste	67,29	32,71	100
Pato Bragado	62,07	37,93	100
São José das Palmeiras	52,00	48,00	100
Guaíra	91,83	8,14	100
Mercedes	48,34	51,66	100
Santa Teresinha de Itaipu	90,38	9,62	100
Foz do Iguaçu	99,17	0,83	100

Fonte: IBGE, 2015 adaptado pelos autores.

O desenvolvimento econômico ocorrido principalmente a partir da década de 1970 surtiu seus efeitos nas questões sociais, pois proporcionou um aumento do número de assentamentos irregulares nas cidades decorrentes da população de baixa renda que passou a residir nas periferias das cidades. Esta constatação é percebida no aumento de 22% das áreas de favela entre 1991 e 2000, contribuindo para a ocupação irregular e ilegal do solo (MARICATO, 2001; IBGE, 2015).

Neste mesmo período, o Estado buscou transformar o meio rural e modernizar a agricultura, inserido em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento baseada na industrialização por substituição de importações, assumindo o processo de capitalização do campo conjuntamente com o capital financeiro e industrial (COELHO, 2001; MUELLER, 2010).

Griza *apud* Gonçalves Neto (1997) elenca os cinco principais instrumentos utilizados governamentais a nova política agrícola: transferência de tecnologia e assistência técnica pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), inovações tecnológicas promovidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e garantia de seguro agrícola por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), financiamento da produção por meio da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), garantia de preços e comercialização através da Política de Garantia Preços Mínimos (PGPM).

Embora aplicados com fins específicos, estes cinco instrumentos estavam articulados para impulsionar a mudança tecnológica da agricultura brasileira. Inovações mecânicas (tratores, colheitadeiras etc.), físico-químicas (adubos, agrotóxicos etc.), biológicas (plantas e sementes melhoradas) e agronômicas (alterações no espaçamento das plantas, frequência de cultivos, especialização etc.) foram adotadas para aumentar a produção e a produtividade da agropecuária brasileira (GRIZA, WESZ JUNIOR, 2010 *apud* Silva, 1999).

A região Oeste do Paraná, objeto desse estudo, teve uma ocupação lenta no século passado, mas a partir da década de 50, a ocupação e colonização tornaram-se mais intensas. A partir da década de 60, esse região apresentou a mais rápida transformação tecnológica na área agrícola do Paraná, e destacou-se na produção de lavouras temporárias, principalmente de soja e trigo (AZEVEDO; COLOGNESE; SHIKIDA, 2000).

No Brasil, atualmente, a agricultura tem relevada representação na economia nacional, com peso expressivo no desempenho da balança comercial do país. A comprovação disto pode ser visto nos trabalhos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-ESALQ-USP (2011), onde a cadeia que envolve o seguimento agrícola (insumos, agricultura, indústria e distribuição) movimentou no ano de 2010, por exemplo, recursos financeiros na casa de R\$ 578,39 bilhões de reais,

representando uma participação de 15,74% do produto interno bruto nacional-PIB. (SAMPAIO, AKAHOSHY e LIMA, 2011).

A participação dos agricultores no crescimento econômico do Brasil pode ser aprimorada por maior investimento em educação, treinamento e serviços de extensão que proporcionem uma maior disseminação das tecnologias existentes. Para muitos agricultores tradicionais, a chave para seu desenvolvimento será o desenvolvimento rural balanceado que crie empregos fora, e dentro da agricultura. O suporte ampliado, inclusive suporte à educação e saúde pública, pode ajudar a consolidar os sucessos do Brasil na redução da pobreza e eliminação da fome, assegurando o crescimento da renda até níveis sustentáveis bem abaixo do limiar da pobreza. (OCDE-FAO, Perspectivas Agrícolas do Brasil 2015-2024)

Nesse contexto, percebe-se a importância de políticas públicas governamentais que sejam adequadas à agricultura na região. As metas definidas pelo governo no planejamento devem ser uma diretriz para as demandas da sociedade e é o orçamento – Federal, Estadual ou Municipal, por conter as receitas e despesas, que passa a ser o instrumento para o cumprimento dessas metas.(ARAÚJO, 2009)

Segundo Pereira (1999), o processo orçamentário tem como instrumentos de planejamento governamental: o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e os orçamentos anuais (LOA). Assim, conforme Pereira (1999, pg. 125), "o orçamento público é um instrumento de planejamento e de controle da administração pública e apresenta-se como uma técnica capaz de permitir que periodicamente, seja reavaliado os objetivos e fins do governo".

Trabalhos com análise dos gastos públicos em municípios em que há predomínio da população rural foram desenvolvidos no Brasil entre os quais está o de Figueiredo e Silva Neto (2009) com um modelo macroeconômico para analisar o papel da agricultura, da população e da distribuição de renda no desenvolvimento de municípios de economia predominantemente agrícola, denominados de municípios "rurais", como forma a contribuir para a elaboração de políticas de desenvolvimento local. Os estudos de Callegaro e Silva Neto (2004), trazem uma análise do papel da agricultura no desenvolvimento rural e urbano em municípios rurais e apresentam um modelo keynesiano de demanda agregada para estudar o efeito dos seus diferentes componentes sobre a renda gerada em um município com características rurais.

A importância do tema é percebida pelos vários estudos já desenvolvidos em que a agricultura tem um forte impacto no desenvolvimento dos municípios, principalmente, os municípios com predominância da população rural. Todavia, as políticas públicas

devem ser compreendidas e apreciadas por meio dos resultados obtidos em indicadores possíveis de mensuração e verificação entre períodos que demonstram a eficiência e eficácia ou efetividade das ações dos governos.

As políticas públicas devem estar voltadas para a materialização das ações do Estado em atender às demandas da sociedade. O desempenho e o cumprimento de objetivos da Administração Pública revelam-se indispensáveis na consolidação do estado que deve exercer suas funções com objetividade, comprometimento, e credibilidade perante a sociedade (ARAÚJO, 2009). O Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão Federal (2012), conceitua os indicadores da gestão pública como sendo os:

[...] instrumentos que contribuem para identificar e medir aspectos relacionados a um determinado fenômeno decorrente da ação ou da omissão do Estado. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, um aspecto da realidade dada (situação social) ou construída (ação), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.

Assim sendo, em um estado democrático e transparente, a publicação dos planos diretores e dos balanços relativos a determinados períodos constituem elementos indispensáveis na conquista de confiabilidade da sociedade por parte da Administração Pública. (ARAÚJO, 2009)

O balanço orçamentário, em virtude de conter estimativas e efetivas execuções é o documento que representa a ferramenta administrativa na verificação do desempenho e da aplicação dos recursos públicos. Conforme afirma Araújo (2009, p.158), o balanço orçamentário “[...] apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto, respectivamente, com as receitas arrecadadas e com as despesas realizadas”. Contudo, analisar tais informações, cruzando planejamentos com projetos efetivamente executados, mostra-se indispensável na avaliação do desempenho de gestões.

Para Chiavenato (1994, p. 70) eficácia é uma medida normativa do alcance dos resultados, enquanto eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo. A eficiência é uma relação entre custos e benefícios. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível.

A avaliação das políticas públicas segundo Arretche (2001) podem ser verificada por meio da efetividade, eficácia e eficiência. Neste sentido a efetividade se refere ao exame da relação entre a implementação de um programa e seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da população atingida pelo programa. No que concerne à eficácia, compreende ser a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos. Quanto à eficiência, tratar-se da relação entre a consecução dos resultados pretendidos e a utilização dos recursos compatíveis.

Conhecer a relação da contribuição dos municípios em suas políticas públicas voltadas a agricultura e como são aplicados os recursos destinados para a agricultura no município são traduzidos pela efetividade. A efetividade da aplicação dos recursos nas políticas públicas municipais na agricultura, contribui ao incentivo e fixação do homem no campo através de investimentos, financiamentos, custeio entre outros no atendimento do agricultor. A partir dessas considerações, determinou-se a problemática de pesquisa: Quais os municípios limieiros que aplicam mais recursos na agricultura em relação a população rural e a área cultivada?

O problema de pesquisa tem como objetivo geral a construção de um ranking dos municípios que mais recursos financeiros disponibilizaram para a agricultura com base nos dados do orçamento da secretaria de agricultura, da população rural e área cultivada em hectares, nos anos de 2010 a 2012. Para atender ao problema de pesquisa, aliado à necessidade de alcance do objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar os valores orçados para a Secretaria de Agricultura de cada um dos municípios limieiros, bem como a população total, urbana e rural de cada município e a área destinada ao cultivo por hectares; b) tabular e calcular a densidade rural de cada município e em seguida calcular o orçamento destinado à agricultura pela densidade rural; e c) apresentar os resultados alcançados através do ranking, bem como as conclusões delimitadas na pesquisa.

O presente estudo é pertinente, pois atualmente o governo vem avançando nas políticas agrícolas, frente as demandas e interesses da comunidade rural. A escolha dos municípios limieiros do Extremo Oeste do Paraná deve-se ao fato dessa região ter em sua base econômica a produção agropecuária e a participação expressiva das cadeias produtivas dessa região em relação às outras regiões do Paraná. A pesquisa limitasse a

apreciar a quantidade de recursos financeiros investidos pela Secretaria da Agricultura de cada município relacionados a população rural e a área cultivada durante o período de 2010 a 2012. Não foi considerado a forma de aplicação dos recursos nem o resultado obtido pela quantidade investida.

Materiais e Métodos

Para a construção da metodologia foram utilizadas três variáveis: orçamento da Secretaria de Agricultura dos municípios lindeiros, população rural e área cultivada em hectares. No primeiro momento os orçamentos da Secretaria de Agricultura, na subfunção Agricultura e o percentual que equivale em relação ao Orçamento Total dos 12 municípios lindeiros do Oeste do Estado do Paraná nos anos de 2010 a 2012: Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, Mercedes, Pato Bragado, Missal, São Miguel do Iguaçu, Santa Teresinha de Itaipu, São José das Palmeiras, Guaíra, Foz do Iguaçu, Santa Helena e Itaipulândia. Em seguida, levantou-se a população total, urbana e rural destes 12 municípios neste período. Após, buscou-se a área territorial em km², convertendo-a para hectares, e identificando o número de hectares que compõe a área rural de cada município considerado.

Para atender a pesquisa foi realizada uma pesquisa documental. Os orçamentos da Secretaria de Agricultura foram extraídos das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) de cada município conforme dados do TCE (Tribunal de Contas do Paraná). Os dados da população obtidos pelos registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a área territorial conforme documentos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), nos Cadernos Municipais.

Para atender ao problema de pesquisa em identificar quais os municípios aplicam mais recursos na agricultura pela Secretaria da Agricultura, partiu-se da premissa de que quanto maior a área cultivada, em hectares, maior será a produção nessa área e gerando mais renda e estabilidade econômica aos agricultores que permanecem com a atividade no meio rural. Com uma maior área cultivada, deduz-se que deveria alcançar o maior número de pessoas possível, relacionada a área cultivada, para assim, alcançar o maior resultado as atividades agrícolas e a população rural. Assim, calculou-se a população rural por área cultivada em hectares, chegando ao valor

da densidade rural em área cultivada em hectares, para posteriormente, calcular o orçamento da Secretaria da Agricultura pela área rural cultivada e construir um ranking dos municípios com maior aplicação dos recursos da agricultura a partir desses dados.

Resultados e Discussões

A agricultura exerce participação considerável no contexto atual da economia, o aumento das áreas produtivas, o crescimento da produtividade agrícola, nas últimas três décadas, proporcionou um impacto importante no acesso aos alimentos no mercado interno e obtenção de divisas. Esse novo cenário exigiu mais ações do governo no atendimento das demandas e interesses da comunidade rural com mais políticas públicas e estratégicas para o atendimento desse público.

A atenção dos governos para as atividades no meio rural esta na avaliação do percentual dos recursos do orçamento total de cada município destinado para a agricultura. A demonstração da prioridade dos gestores municipais para a área rural, considerando o orçamento total e deste o percentual destinado a agricultura, a população total e em relação a existente na área rural, a área cultivada e a densidade populacional relacionada à área cultivada, entre outros indicadores estão contemplados na Tabela 02 relacionada ao ano de 2010. Estes mesmos dados apontados estão na Tabela 4 condizem ao ano de 2011 e o ocorrido no ano de 2012 está tratado na Tabela 6. Apesar da importância das atividades da área agrícola, para os municípios apresentados, os registros nas Tabelas 2, 4 e 6 confere que o orçamento destinado a Secretaria da Agricultura não alcançou 10% do total do orçamento de cada município em nenhum dos três anos calculados.

Tabela 2 - Orçamento Secretaria Agricultura por Densidade Rural - ano 2010

Municípios	% do Orçamento Total do Município destinado a Secretaria Agricultura	Orçamento Secretaria Agricultura (R\$)	População Rural	Área cultivada em hectares	Densidade Rural em Área cultivada em hectares	Orçamento Sec. Agr. Por população rural	Orç. Sec. Agr. Por Área cultivada em hectares	Orçamento Sec. Agricultura por Densidade Rural (R\$)
Marechal Cândido Rondon	2%	3.070.360	7.674	32.964	4,30	400	93,14	714.702
Entre Rios do Oeste	4%	776.738	1.263	3.481	2,76	615	223,14	281.835
Mercedes	5%	939.957	2.607	10.357		361		236.586

					3,97		90,76	
Pato Bragado	5%	1.116.474	1.829	7.521	4,11	610	148,45	271.516
Missal	7%	1.977.060	5.054	13.573	2,69	391	145,66	736.061
São Miguel do Iguaçu	2%	1.564.997	9.285	48.286	5,20	169	32,41	300.903
Santa Teresinha de Itaipu	1%	743.028	2.005	17.929	8,94	371	41,44	83.085
São José das Palmeiras	9%	874.513	1.838	6.171	3,36	476	141,71	260.504
Guaiára	4%	3.037.668	2.499	31.678	12,68	1.216	95,89	239.658
Foz do Iguaçu	0,0001%	47.000	2.126	22.843	10,75	22	2,06	4.373
Santa Helena	7%	6.401.310	10.826	25.506	2,36	591	250,97	2.717.025
Itaipulândia	6%	3.113.890	4.285	12.175	2,84	726	255,76	1.095.668

Fonte: IBGE (2015), IPARDES (2015), LOA TCE (2015), adaptado pelos autores.

Ao aplicar mais recursos na agricultura pela Secretaria da Agricultura, deduz-se que proporcionará melhores condições aos agricultores no desempenho de suas atividades e assim conquistar melhores resultados na produção, que por sua vez vão gerar mais renda e estabilidade econômica aos agricultores e, conseqüentemente podem devolver mais e melhor suas atividades agrícolas com mais empregos. Assim por meio do cálculo da população rural por área cultivada em hectares, obteve-se ao valor da densidade rural em área cultivada em hectares, para em seguida calcular o orçamento da Secretaria da Agricultura por densidade rural e construir um ranking dos municípios com maior aplicação dos recursos da agricultura a partir desses dados. Na Tabela 03 está a relação destes dados do ano de 2010, na Tabela 5 os valores relacionados ao ano de 2011 e na Tabela 7 o demonstrativo relativo ao ano de 2012.

Tabela 3 - Ranking de maior aplicação do Orçamento na Secretaria de Agricultura dos municípios lindeiros ano 2010

Municípios	Ranking de maior aplicação do Orçamento Secretaria Agricultura	Orçamento Sec. Agr. por Densidade Rural
Santa Helena	1	2.717.025
Itaipulândia	2	1.095.669
Missal	3	736.061
Marechal Cândido Rondon	4	714.702
São Miguel do Iguaçu	5	300.903
Entre Rios do Oeste	6	281.835
Pato Bragado	7	271.516

São José das Palmeiras	8	260.504
Guaíra	9	239.658
Mercedes	10	236.586
Santa Teresinha de Itaipu	11	83.085
Foz do Iguaçu	12	4.373

Fonte: Elaborado pelos autores

Os municípios que mais investiram na agricultura no ano de 2010 foram os municípios de Santa Helena, Missal e São José das Palmeiras, destacando que os três municípios tem uma população rural acima de 40% do total da população.

Outro município a ser considerado é o município de Mercedes, em que a maior parte da população encontra-se na área rural, o equivalente a 51,66%, mas os recursos destinados a secretaria da agricultura não ultrapassou o percentual de 5% do total dos recursos do orçamento público. Assim dado ao desempenho apurado na Tabela 3, Mercedes ficou em 10º lugar no ano de 2010, decorrente da quantidade limitada de recursos públicos investido na área da agricultura, embora sua população seja representativa.

O município de Santa Helena obteve a primeira colocação no ano de 2010. Sua população rural é expressiva e sua área de cultivo também, além de ser o município com o maior percentual de repasse de recursos a agricultura. O município de Foz do Iguaçu ficou em último lugar no ranking, mas sua população rural representa menos de 1%, logo, constata-se que a administração pública não prioriza os investimentos na área rural.

Embora São José das Palmeiras tenha destinado um percentual elevado do orçamento para a secretaria da Agricultura, o município ficou em 8º lugar. A população mesmo sendo representativa na área rural, com 48%, sua área cultivada é pequena, e pela metodologia do cálculo utilizado do orçamento por densidade rural, sua colocação ficou apenas em 8º lugar.

Tabela 4 - Orçamento Secretaria Agricultura por Densidade Rural - ano 2011

Municípios	% do Orçamento Total do Município destinado a Sec. Agricultura	Orçamento Sec. Agricultura	Populaçã o Rural	Área cultivada em Hectares	Densidade Rural em Área cultivada em Hectares	Orçamento Sec. Agr. Por População Rural	Orçamento Sec. Agr. Por Área cultivada em Hectares	Orçamento Sec. Agr. por Densidade
------------	--	----------------------------	------------------	----------------------------	---	---	--	-----------------------------------

Marechal Cândido Rondon	3%	3.668.498	7.747	32.964	4,26	474	111,29	862.162
Entre Rios do Oeste	4%	937.680	1.278	3.481	2,72	734	269,37	344.229
Mercedes	6%	1.170.807	2.624	10.357	3,95	446	113,04	296.632
Pato Bragado	5%	1.156.950	1.851	7.521	4,06	625	153,83	284.823
Missal	6%	1.750.850	5.055	13.573	2,69	346	129,00	652.086
São Miguel do Iguaçu	2%	1.282.400	9.322	48.286	5,18	138	26,56	247.568
Santa Teresinha de Itaipu	2%	1.069.901	2.023	17.929	8,86	529	59,67	120.729
São José das Palmeiras	5%	580.110	1.828	6.171	3,38	317	94,01	171.884
Guaíra	3%	2.239.758	3.062	31.678	10,35	731	70,70	216.506
Foz do Iguaçu	0,0001%	67.925	2.124	22.843	10,76	32	2,97	6.316
Santa Helena	7%	6.996.978	18.377	25.506	1,39	381	274,33	5.041.050
Itaipulândia	6%	3.087.270	4.364	12.175	2,79	707	253,57	1.106.548

Fonte: IBGE (2015), IPARDES (2015), LOA TCE (2015), adaptado pelos autores.

Com os dados considerados na Tabela 4, partiu-se para a elaboração da Tabela 5, conforme metodologia aplicada na Tabela 2 e 3.

Tabela 5 - Ranking de maior aplicação do Orçamento Secretaria de Agricultura dos municípios limieiros ano 2011

Municípios	Ranking de maior aplicação do Orçamento Secretaria Agricultura	Orçamento Sec. Agr. por Densidade Rural
Santa Helena	1	5.041.050
Itaipulândia	2	1.106.548
Marechal Cândido Rondon	3	862.162
Missal	4	652.086
Entre Rios do Oeste	5	344.229
Mercedes	6	296.632
Pato Bragado	7	284.823
São Miguel do Iguaçu	8	247.568
Guaíra	9	216.506
São José das Palmeiras	10	171.884
Santa Teresinha de Itaipu	11	120.729
Foz do Iguaçu	12	6.316

Fonte: Elaborado pelos autores

No ano de 2011, não houve alterações significativas no ranking dos municípios, destaque apenas para o município de Mercedes, que subiu quatro degraus no ranking, passando de 10º para 6º lugar, pois aumentou a disponibilidade dos recursos destinados a Secretaria da Agricultura. Entretanto o município de São José das Palmeiras diminuiu

os recursos para a Agricultura, causando uma queda no ranking, passando de 8º para 10º lugar, conforme consta nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 6 - Orçamento Secretaria Agricultura por Densidade Rural - ano 2012

Municípios	% do Orçamento Total do Município destinado a Sec. Agr.	Orçamento Sec. Agricultura	População Rural	Área cultivada em Hectares	Densidade Rural em Área cultivada em Hectares	Orçamento Sec. Agr. Por População Rural	Orçamento Sec. Agr. Por Área cultivada em Hectares	Orçamento Sec. Agr. por Densidade
Marechal Cândido Rondon	3%	3.716.889	7.818	32.964	4,22	475	112,76	881.406
Entre Rios do Oeste	3%	721.059	1.292	3.481	2,69	558	207,14	267.654
Mercedes	4%	969.300	2.641	10.357	3,92	367	93,59	247.207
Pato Bragado	6%	1.460.088	1.873	7.521	4,02	779	194,13	363.658
Missal	5%	1.492.334	5.057	13.573	2,68	295	109,95	556.011
São Miguel do Iguaçu	1%	1.191.325	9.357	48.286	5,16	127	24,67	230.877
Santa Teresinha de Itaipu	2%	1.131.376	2.041	17.929	8,79	554	63,10	128.785
São José das Palmeiras	5%	666.450	1.819	6.171	3,39	366	108,00	196.419
Guaíra	2%	1.690.246	3.079	31.678	10,29	549	53,36	164.293
Foz do Iguaçu	0,0002%	118.121	2.122	22.843	10,76	56	5,17	10.975
Santa Helena	6%	5.586.852	11.031	25.506	2,31	506	219,04	2.416.458
Itaipulândia	3%	2.092.685	4.442	12.175	2,74	471	171,88	763.475

Fonte: IBGE (2015), IPARDES (2015), LOA TCE (2015), adaptado pelos autores.

Com os dados considerados na Tabela 6, partiu-se para a elaboração da Tabela 7, conforme metodologia aplicada na Tabela 2,3,4 e 5.

Tabela 7 - Ranking da maior aplicação do Orçamento Secretaria de Agricultura dos municípios lindeiros ano 2012

Municípios	Ranking de maior aplicação do Orçamento Secretaria Agricultura	Orçamento Sec. Agr. por Densidade Rural
Santa Helena	1	2.416.458
Marechal Cândido Rondon	2	881.406
Itaipulândia	3	763.475

Missal	4	556.011
Pato Bragado	5	363.658
Entre Rios do Oeste	6	267.654
Mercedes	7	247.207
São Miguel do Iguaçu	8	230.877
São José das Palmeiras	9	196.419
Guaíra	10	164.293
Santa Teresinha de Itaipu	11	128.785
Foz do Iguaçu	12	10.975

Fonte: Elaborado pelos autores

No ano de 2012, Santa Helena permanece em 1º lugar. Marechal Cândido Rondon, no decorrer dos anos aumentou seu posicionamento frente ao incremento de repasse para a Agricultura, passando de 4º lugar em 2010 para 2º lugar em 2012. Guaíra e Santa Teresinha de Itaipu, embora tenham apresentado uma densidade rural alta, em função da área cultivada, possuem uma população abaixo dos 10% na agricultura, e os recursos destinados são pouco expressivos. Dessa forma, ficaram em 10º e 11º lugar, respectivamente nos três anos consecutivos. E Foz do Iguaçu, como já frisado, permaneceu em último lugar nos três anos, pois sua área de cultivo e população rural é pequena, então, a prioridade do município não é calcada nesta área.

Os sete municípios que possuem mais de 1/3 de sua população na área rural (São Miguel do Iguaçu, Mercedes, Itaipulândia, Santa Helena, Entre Rios do Oeste, Missal e Pato Bragado), mantiveram um bom desempenho entre o valor aplicado pela secretaria de agricultura e a densidade rural, cabendo ressalva a São Miguel do Iguaçu com menor desempenho pela atenção dada pelo poder pública a agricultura, ou seja, investiu menos na agricultura que os demais. Embora, possa-se aferir que esse aspecto seja considerado no momento de repassar os recursos, acredita-se que há um conjunto de outros aspectos envolvidos que são levados em consideração para o município na hora de dividir os recursos para os setores.

Conclusões

O proposto no trabalho é avaliar a disponibilidade de recursos investidos na Secretaria da Agricultura de cada município lindeiro relacionando a população rural e a área cultivada durante o período de 2010 a 2012, criando um ranking para definir quais são os municípios que mais atenção prestam a agricultura. Considerando as características peculiares da região Oeste do Paraná, torna-se fundamental a necessidade

de se reavaliarem as políticas públicas voltadas a Agricultura, buscando adequá-las a essa realidade rural da região, para valorizar a população rural, tornando-a mais inclusiva e a região mais sustentável.

As políticas públicas que são as ações do governo no atendimento das demandas da população ao desempenho de suas atividades econômicas, e neste momento na agricultura, proporcionam inúmeros benefícios em agregar valor ao trabalho e fixação do homem no campo, gerar emprego, aumentar a produtividade e, por conseguinte renda e auferir melhor desempenho, produção e alimentos no país, na balança comercial já que boa parte da produção é exportada.

Para responder o problema de pesquisa em identificar quais os municípios aplicam mais recursos na agricultura pela Secretaria da Agricultura, partiu-se da premissa de que quanto maior a área cultivada, maior será a produção nessa área e gerando mais renda e estabilidade econômica aos agricultores que permanecem com a atividade no meio rural e dessa forma a Secretaria de Agricultura deveria alcançar o maior número de pessoas possível, dentro da área cultivada, para assim, alcançar o maior resultado as atividades agrícolas e a população rural. Assim, calculou-se a população rural por área cultivada em hectares, chegando ao valor da densidade rural em área cultivada em hectares, para então, calcular o orçamento da Secretaria da Agricultura por densidade rural e construir um ranking dos municípios com maior aplicação dos recursos da agricultura a partir desses dados.

As Tabelas 3,5 e 7 apresentam à relação dos municípios com maior atenção dada a agricultura com base nos dados do orçamento da secretaria de agricultura, da população rural e área cultivada em hectares (densidade rural) nos anos de 2010, 2011 e 2012. A disponibilidade de recursos disponibilizada pelos gestores municipais a agricultura representa a importância desta atividade ao município, seja na obtenção de renda a população rural e conseqüentemente a fixação desta população na área rural. A estabilidade nas fontes de receitas municipais, e a área rural com maior agregação da população nas atividades relacionadas a agropecuária proporciona uma estabilidade econômica frente as fontes produtivas seja agricultura, comercio ou indústria. O potencial financeiro decorre da obtenção de receitas tributarias diante da participação de cada setor e seu retorno para as receitas municipais constitucionalmente previstos e quanto mais distribuídos estas fontes de receita melhor para os municípios.

As Tabelas 2,4 e 6 contem as abordagens pertinentes as questões relacionadas aos valores orçados para as Secretaria de Agricultura; da população total, urbana e rural de cada município; da área destinada ao cultivo por hectares foram atendidos seus questionamento aos mesmos. O conjunto de indicadores compostos nestas tabelas configura que além da atenção destinada a agricultura em termos percentuais do orçamento, precisa num momento mais específico, investigar a forma de aplicação despendida destes recursos. A disponibilidade de recursos não configura, por si só, um valor pertinente a melhoria na área agrícola, um bom planejamento de atividades correlacionadas e interligadas podem proporcionar melhores resultados seja em retorno a estabilidade econômica aos produtores rurais e conseqüentemente renda ao município e estabilidade na fixação da população na área agrícola, seja em resultados positivos agregados em boas ações decorrentes de um planejamento ordenado para um período considerado de tempo com seus resultados previamente estabelecidos.

O ranking dos municípios lindeiros que disponibilizam mais recursos financeiros em relação a área cultivada e população rural, foi apontada com êxito neste trabalho e atendeu ao proposto. A agricultura é um forte incremento social e econômico a ser considerado quando da elaboração e distribuição orçamentária pelos gestores municipais, uma vez que os poucos recursos aplicados respondem consideravelmente no resultado final, seja em maior participação na cadeia alimentar, de renda, geração de empregos e sustentabilidade econômica social do município.

Para trabalhos futuros, sugere-se a criação de metodologias que permitam verificar a aplicabilidade adequada dos recursos com maior rentabilidade em seus resultados, sejam econômicos e/ou principalmente sociais, um dos propósitos da gestão pública.

Referências

ARAÚJO, Inaldo. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

AZEVEDO, P.R.; COLOGNESE, S.A.; SHIKIDA, P.F.A. **Agroindústrias familiares no Oeste do Paraná: um panorama preliminar**. Organizações Rurais e Agroindustriais. V.2, nº 01. Jan/Jun 2000. Lavras, MG.

CALLEGARO, S.S. SILVA NETO. B. Agricultura, demanda agregada e desenvolvimento em municípios rurais. *Revista Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí - ano 2 n. 3 jan./jun. • 2004 p. 71-93

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos na Empresa: pessoas, organizações e sistemas. 3ªed. São Paulo: Atlas, 1994.

COELHO, Carlos N. **70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001)**. *Revista de política agrícola*, ano x, n.03, p.03-58, 2001.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar. **Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios**. *Boletim do OPPA*, n.03, 2010.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>. Acessado em 21 de out. 2014.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - **CADERNO ESTATÍSTICO do município de Entre Rios do Oeste - PR** IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de Pato Bragado - PR**. IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de Mercedes - PR** IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de Marechal Cândido Rondon – PR**. IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de Foz do Iguaçu – PR**. IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de Guaíra – PR**. IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de Itaipulândia –PR**. IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de São Miguel do Iguaçu –PR**. IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de Santa Teresinha de Itaipu –PR**. IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de São José das Palmeiras – PR**. IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de Santa Helena – PR**. IPARDES Junho 2015.

_____**CADERNO ESTATÍSTICO do município de Missal – PR**. IPARDES Junho 2015.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: uma alternativa para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUELLER, Charles C. **A política agrícola no Brasil: uma visão de longo prazo.** *Revista de política agrícola*, ano xix (edição especial de aniversário do MAPA – 150 anos), p. 9-23, 2010

OCDE-FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Perspectivas Agrícola do Brasil 2015-2024). Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>. Acesso em

PEREIRA, José Matias. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil.** São Paulo: Atlas, 1999.

PEREIRA, Lutero de Paiva. **A FUNÇÃO SOCIAL DO CRÉDITO AGRÁRIO.** Palestra publicada na Revista de Direito Agrário de nº 16. Disponível em: http://www.abda.com.br/texto/palestras_revista/dluteropp16.htm. Acesso em 04/08/2015.

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Pessoas e Planeta: Influências Humanas no Planeta. Disponível em: <http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/planeta.html>. Acesso em 05 de Jun de 2015.

SAMPAIO, Anderson Luis Mota; AKAHOSHI, Wesley Batista; LIMA, Emanuel Marcos. **Avaliação da aplicação do método de custeio baseado em atividades (ABC), na produção agrícola de grãos: culturas temporárias.** Custos e Agronegócio online. V. 7, N. 3. Set/Dez - 2011

SILVA NETO, B. FIGUEIREDO J.W. **Agricultura, população e dinâmica macroeconômica de municípios rurais: um estudo em Lagoa dos Três Cantos (RS).** Rev. Econ. Sociol. Rural vol.47 no. 4 Brasília Oct./Dec. 2009.

TCE - Tribunal de Contas do Estado. Disponível em: <http://servicos.tce.pr.gov.br/consultas/RelatoriosLRFSolicitarNovo.aspx>. Acesso em 15 de Jun de 2015.